

Avaliação das Políticas Públicas de Bioeconomia e Sociobiodiversidade no PPA 2024–2027

Nina Lys Nunes

<https://orcid.org/0000-0001-7453-9349>

ninalys@usp.br

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Fernanda Brando

<https://orcid.org/0000-0003-3712-6312>

ferbrando@ffclrp.usp.br

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo:

Este trabalho analisa a integração das políticas públicas de bioeconomia e sociobiodiversidade no Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, destacando suas diretrizes estratégicas, execução orçamentária e desafios de implementação. A pesquisa parte da compreensão da bioeconomia como uma abordagem em disputa, capaz de promover a sustentabilidade socioambiental com base em soluções inspiradas na natureza e nos saberes de povos e comunidades tradicionais. A análise considera a evolução normativa e institucional de políticas socioambientais brasileiras, incluindo a Política Nacional da Biodiversidade, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a PNAPO e programas como o PGPM-Bio e o PRONAF. Adota-se uma metodologia centrada na classificação programática dos gastos públicos, combinada com avaliação qualitativa das meso instituições envolvidas. São identificadas fragilidades relacionadas à alocação de recursos, ausência de indicadores de impacto e amplitude excessiva dos objetivos programáticos. A pesquisa conclui que, apesar dos avanços conceituais e normativos, ainda há obstáculos significativos para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável baseado na bioeconomia e na sociobiodiversidade. O trabalho propõe a ampliação dos instrumentos de monitoramento e uma atuação mais coordenada das instituições públicas para garantir resultados efetivos e justiça socioambiental.

Resumo expandido

A proposta deste trabalho é avaliar a incorporação das agendas da bioeconomia e da sociobiodiversidade no Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 do governo federal brasileiro, identificando avanços, limites e oportunidades de aprimoramento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. A pesquisa parte do entendimento de que a bioeconomia — enquanto conceito amplo, fluido e disputado — representa um campo estratégico para responder aos desafios ambientais, econômicos e sociais do século XXI, sobretudo quando orientada por valores ético-normativos baseados no uso regenerativo dos recursos naturais e na valorização da diversidade biocultural.

A sociobiodiversidade, por sua vez, é tratada como uma construção político-conceitual oriunda da mobilização dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Essa categoria articula práticas de conservação com justiça social e geração de renda, estando no centro das políticas públicas que visam integrar conhecimento tradicional, conservação ambiental e inclusão produtiva. Nesse contexto, o Brasil acumula um histórico de formulação de políticas que convergem para esse campo, como a Política Nacional da Biodiversidade (2002), a PNPCT (2007), a PNAPO (2012), o PGPM-Bio, entre outras.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem híbrida, combinando a análise programática dos gastos públicos — a partir da metodologia proposta por Moura (2017) e alinhada à CEPAL — com a avaliação qualitativa do papel das meso instituições (órgãos executores, instâncias colegiadas e redes de governança). A partir da leitura do PPA 2024–2027, são analisados os programas finalísticos “Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade” e “Agricultura Familiar e Agroecologia”, com foco nos seus objetivos estratégicos, metas, alocação orçamentária e mecanismos de implementação.

Constata-se que, embora haja um reconhecimento explícito da importância da bioeconomia e da sociobiodiversidade, os recursos orçamentários alocados ainda são insuficientes frente à complexidade e abrangência das metas propostas. O programa de bioeconomia, por exemplo, prevê R\$ 480 milhões para o quadriênio — valor modesto considerando os desafios da transição ecológica e a necessidade de fortalecimento das cadeias produtivas baseadas na biodiversidade. Além disso, a ausência de indicadores robustos de impacto social e ambiental limita a capacidade de monitoramento e avaliação.

Outro ponto crítico é a amplitude dos objetivos programáticos, que incluem desde a promoção da inovação tecnológica até a garantia de direitos territoriais de comunidades tradicionais, o que pode diluir esforços e comprometer a eficácia das ações. Apesar disso, destacam-se iniciativas relevantes como o apoio a empreendimentos bioeconômicos, a ampliação do acesso ao patrimônio genético e a promoção da agroecologia em territórios indígenas e tradicionais.

A análise também evidencia a necessidade de maior articulação interinstitucional. O conceito de transversalidade, enfatizado pela atual gestão do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, ainda enfrenta desafios para se efetivar na prática. A atuação das meso instituições revela fragilidades na coordenação das políticas, especialmente na integração entre planejamento, execução e avaliação. O trabalho sugere que a simples alocação de recursos, sem estratégias claras de implementação e participação social, pode comprometer os resultados esperados.

Por fim, o estudo conclui que o PPA 2024–2027 representa um avanço no reconhecimento da bioeconomia e da sociobiodiversidade como agendas estratégicas, mas que ainda carece de maior coerência entre metas, recursos e mecanismos de governança.

Recomenda-se o fortalecimento dos instrumentos de monitoramento e avaliação participativa, a criação de indicadores intersetoriais e o incremento dos espaços de governança compartilhada com os sujeitos diretamente afetados pelas políticas. Somente com uma abordagem integrada será possível transformar essas agendas em vetores efetivos de desenvolvimento sustentável, justiça social e conservação da biodiversidade.

Referência bibliográfica:

Moura, A. M. M. de. et al. Gastos Ambientais No Brasil: Proposta Metodológica Para Aplicação No Orçamento Federal. Texto para discussão / IPEA, Brasília; Rio De Janeiro: Ipea, 1990 – 2017.

Nunes, N. L. ; May, P.. Análise da Alocação Federal de Recursos para a Política Nacional da Biodiversidade. Desenvolvimento em Debate (INCT/PPED) , v. 7, p. 229-256, 2019.